

O cartório da câmara de Santarém durante a Idade Moderna

Pedro Pinto¹

Resumo

A vila de Santarém era uma das principais do Reino na Idade Média e Moderna. Seria de esperar que o seu arquivo contivesse um testemunho documental expressivo dessa importância para essas cronologias, como os atuais arquivos de Lisboa, Évora, Porto ou Coimbra. Pretende-se, com este trabalho, fazer um levantamento das referências aos documentos medievais e modernos do antigo cartório de Santarém, dado que muitos eruditos foram atraídos pela riqueza e dimensão do seu espólio, bem como ao seu uso ao longo da Idade Moderna, até 1810, data do aparente desaparecimento da documentação mais antiga.

Palavras-Chave: Arquivos; Santarém.

¹ Investigador do Centro de Estudos Históricos (CEH) - Universidade Nova de Lisboa, e do CHAM – Centro de Humanidades NOVA FCSH-UAc.

Abstract

Santarém was one of the main villages of the realm during the Middle and Modern Ages. One would expect its archive to contain an expressive testimony to such relevance for those chronologies, such as it can be found at today's archives of Lisbon, Évora, Oporto or Coimbra. The aim of this paper is to identify references to medieval and modern documents existent in the old archive of Santarém, since many scholars were attracted to the richness and scope of its holdings, as well as to their usage throughout the Modern Ages, up until 1810, when the most ancient documents apparently disappeared.

Keywords: Archives; Santarém

A vila de Santarém era uma das principais do Reino na Idade Média e Moderna. Seria de esperar que fosse produzindo e acumulando registos relativos às suas atividades bem como a interação com outras entidades. Mas, comparando com outras das principais câmaras do País, Santarém é ímpar dado que praticamente toda a documentação original anterior a 1500 desapareceu², conhecendo-se apenas o paradeiro de c. 60 espécies que recolheram à Torre do Tombo em 1776. No entanto, essas espécies, e outras, posteriores, que sobreviveram no arquivo, contam uma história, em particular, através das várias anotações, comentários e cotas arquivísticas nelas inscritas, como teremos a oportunidade de demonstrar.

² Pedro, António Mário, *Contribuição para um Inventário do Arquivo Municipal de Santarém*. Santarém, Câmara Municipal de Santarém (CMS), 1978.

A gestão dos interesses de qualquer câmara impunha a organização da documentação que produzia e acumulava, resultante da crescente complexidade das relações humanas baseadas cada vez mais na palavra escrita. A Coroa interveio cedo neste campo, quer por meio de um regimento que o corregedor da corte implementou em Évora e Arraiolos, nas décadas de 1410-1420, contendo disposições relativas à organização dos cartórios, quer por meio da lei geral de 1431, que passou às *Ordenações Afonsinas*, em 1446. Esta lei determinava que o escrivão da câmara registasse num livro de pergaminho, bem encadernado, todas as escrituras que à câmara dissessem respeito, relativas a rendas, direitos, privilégios, sentenças, mercês e graças. Seria uma forma de obviar à sua condição frágil, individual e perecível³. A aplicação desta diretiva teve efeitos limitados e a Coroa voltou a legislar sobre o assunto. Nas Cortes de 1498, D. Manuel I determinou que se fizesse um cofre para guardar os registos das eleições e uma arca onde estariam “os priuilegios tombo e fforaaes stp rituras e Coussas que pertencerem a dita Cidade ou villa”, cujo acesso estaria limitado ao escrivão da câmara e a dois vereadores do ano em curso, cada um tendo uma das três chaves que franquearia o acesso. Proibia-se ainda a saída de qualquer documento e autorizava-se a realização de traslados, os quais eram elaborados dentro das casas da câmara. Deprendia-se que os cartórios ou arquivos eram tanto locais de autoridade política como a prova da sua própria legitimidade⁴. Esta determinação passaria, com ligeiras

³ *Ordenações Afonsinas: Livro IV*. 2.^a ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), 1998, Tít. XXIII, N.º 3.

⁴ Dias, João Alves (ed.), *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa, CEH, 2002, pp. 283-284, 327.

alterações, às *Ordenações Manuelinas*, sendo depois incorporada nas *Ordenações Filipinas*⁵.

Qual o panorama dos cartórios municipais na Idade Moderna? Com exceção de Évora, para 1415-1536⁶, não há estudos de caso mas Fernanda Ribeiro registou alguns dados na sua dissertação sobre o acesso à informação nos arquivos. Embora as conclusões estejam condicionadas à sobrevivência de testemunhos indiciários de práticas arquivísticas (inventários, listas, índices, existência de cotas antigas, etc.), que até podem ter existido em maior quantidade mas não sobreviveram, a amostragem recolhida permite inferir que ao passo que são frequentes os apelos para a organização dos cartórios, quaisquer medidas tomadas não parecem ter tido consistência ou continuidade histórica. O caso mais bem conhecido é o do Porto, para onde existem dezenas de referências relativas à preservação, guarda e segurança do cartório, desde o reinado de D. Manuel I até D. José I, que passaram pela cópia de documentos em mau-estado ou difíceis de ler, pela elaboração de instrumentos de controlo e acesso à informação (como tombos, inventários, índices e sumários), por medidas de acondicionamento e instalação do cartório (guardando-se documentos em arcas, armários, estantes) e pela incorporação e recolha de documentos que andavam fora do cartório, numa longa sucessão de reformas⁷. Poderá esta câmara ter tido mais cuidado com o seu cartório do que outras no Reino ou é apenas a sobrevivência de um maior número de registos históricos e dos próprios índices e inventários que permite colocar esta hipótese? Como a autora sugere,

⁵ Ribeiro, Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa, FCG, 2003, Vol. 1, pp. 226-231.

⁶ Roldão, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora, CIDEHUS, 2007.

⁷ Ribeiro, Fernanda, *O acesso à informação...*, *op.cit.*, Vol. 1, pp. 240-264.

apenas estudos específicos sobre as práticas arquivísticas a nível local poderão iluminar o nosso conhecimento. Para isso, é necessário laboriosamente investigar as fontes disponíveis. Por um lado, os respetivos arquivos municipais: deliberações lavradas em atas de vereação, registos de despesas, provisões régias relativas a tombamento de documentos avulsos, notas que documentem o trabalho dos escrivães da câmara, marcas de uso, arquivamento e conferência dos documentos, antigas cotas arquivísticas, entre outros indícios que esclareçam acerca das práticas de organização, gestão e uso dos documentos nos cartórios ao longo da Idade Moderna. Por outro lado, na ausência destas tipologias, há que pesquisar em outros repositórios documentais que testemunhem as relações escritas entre essas câmaras e a Coroa, os tribunais, as instituições religiosas, outras câmaras, os titulares de direitos nesses territórios, eruditos, etc., por forma a encontrar vestígios dessas práticas arquivísticas. Isto foi o que nos propusemos fazer, ainda que preliminarmente, com Santarém.

A transposição de diplomas avulsos para cartulários, denominados de tombos, foi uma medida a que muitas câmaras recorreram como forma de preservar privilégios para usos futuros bem como a memória concelhia. Os indícios recolhidos parecem concluir que a câmara de Santarém mandou fazer um tombo até ao reinado de D. Manuel I, mas não sobreviveu.⁸ Nos pergaminhos recolhidos à Torre do Tombo em 1776, constata-se que o escrivão da câmara, Domingos Dias, fez resumos dos documentos no seu verso e

⁸ No verso de pergaminhos que foram em 1776 para a Torre do Tombo consta uma verba quatrocentista: “leuada pera o tombo” e, também, “leuada para o tombo huum soo artigo soamente”, denotando um processo de seleção na escolha do que se deveria tombar (Zé Torre do Tombo (TT) – *Suplemento de Cortes*, Maço 1, Doc. 2, 3, 7, 15, 23, etc.).

assinou o seu nome, numa tentativa precoce de facilitar o manuseio do acervo (embora haja ainda resumos mais antigos).

Ao percorrermos na Biblioteca Municipal de Santarém as 140 caixas de manuscritos avulsos e não tratados pertencentes ao arquivo, encontrámos pistas sobre o funcionamento do cartório, sobretudo quando José Pedro de Mendonça foi escrivão proprietário do Senado de Santarém, a partir de 8.4.1750, e até finais do século, quando foi sucedido pelo seu filho⁹.

Entre os muitos papéis que José Pedro de Mendonça redigiu, encontramos minutas de transcrições e certidões de documentos bem como notas sobre assuntos que interessavam à câmara com remissão para documentos concretos registados em livros e papéis avulsos do cartório¹⁰, numa evidência quer do crescimento da burocracia e da rápida acumulação de documentos durante a Idade Moderna, quer das tentativas de controlar e usar tais evidências e conhecimento para o exercício quotidiano do poder.¹¹ Por exemplo, notas de 1752 deste escrivão permitem atestar que havia à época dois tombos da câmara, um denominado de “velho”, feito no ano de 1589 e rubricado por André Lobo, contendo 666 folios, e um outro denominado de “novo”, contendo 560 folios, ambos contendo documentação medieval.

Em meados do séc. XVIII, o cartório da câmara tinha vários índices e um inventário produzidos para recuperar informação em tempo útil e de acordo com os interesses da câmara, particularmente

⁹ Coelho, Virgínia, *Perfil de um poder concelhio: Santarém durante o reinado de D. José I*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1993, pp. 24-25.

¹⁰ Por ex: compilação de resumos de documentos sobre Alvisquer e Valada, c. 1764, Biblioteca Municipal de Santarém (BMS) – K-255, N.º 23, Doc. 3.

¹¹ Head, Randolph C., *Making Archives in Early Modern Europe. Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400-1700*. Cambridge, Cambridge University Press, 2019, pp. 1-21.

no campo da litigância. Mas o caminho percorrido até aí foi sobressaltado e confirma os lugares comuns da desorganização arquivística no Reino. Tanto que, em 17.3.1593, quatro anos após se ter iniciado o lançamento de escrituras num tombo do concelho, e quiçá por se depararem com tantas lacunas, a câmara, com anuência régia, obteve carta de excomunhão contra desconhecidos, os quais, “furtaram, usurparão e trazião indevidamente sobneguado mujtos papes importantes e fazemda pertencente a camara da dita villa, comuem a saber sentenças doações cartas titolos preuilegios demarcações prouysoes dos reix deste rejno em prol do comselho medições e outros papeis tocantes e pertemçentes a bem da justiça da dita camara e comselho”. Não se tratava de preocupações com a preservação da memória histórica mas essencialmente de prejuízos concretos e limitações a que a câmara ficava sujeita na sua ação governativa, sem documentos que titulassem os seus vários direitos e prerrogativas: “e asy por respeyto da fallta dos ditos papes lhe traziam soneguado terras matos charnequas resios logradouros baldios seruementias e ofícios da camara foros prazos, propriedades”¹².

Quase um século depois, no inventário dos bens do Senado, de 13.1.1677, sabe-se que as escrituras do concelho estariam em local seguro, nuns “almarios que servem de cartorio da camara”¹³. E que, em 9.3.1680, o procurador do concelho fez a entrega no cartório da câmara de “dois liuros uelhos de uarios papeis de prouizois he cartas dos Reis deste Rejno os quais estauão em caza de Baltezar Pais

¹² BMS, *Fundo da Câmara*, Liv. A002/372, Liv. 2 de Sentenças, fls. 121-125.

¹³ Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local: Corpus Documental*. Santarém, CMS, 2017, Vol. 4, p. 239.

Machado escreveu da prouedoria”, talvez obtidos graças à carta de excomunhão¹⁴.

Este evento parece ter espoletado um renovado interesse da câmara pelo cartório. Assim, em 26.10.1680, a câmara acordou com o tabelião André Vaz de Araújo o traslado dos papéis que estavam capazes de ser lidos. Isto após terem uma provisão de D. Pedro II para o efeito. Nesse dia, foram mostrados ao tabelião os livros “com letra escrita de letra gotica e gramde cantidade de purgaminhos [sic] da mesma letra e muitas sentenças e provizoies dos Reis antrepassados [sic]” para que fossem trasladados os considerados necessários. Quanto aos demais, deveria fazer um sumário. Resta saber como faria a avaliação da pertinência. Mais se comprometia o tabelião a elaborar índices (designados de ‘alfabetos’) no princípio dos livros “para com faselidade se poder saber o que comtenham os ditos livros”. O acordo previa um pagamento de 60.000 reis em dinheiro e a cedência da exploração de duas das terras que a câmara costumava arrendar a pessoas da vila. O projeto avançou e o tabelião levou dois tombo consigo, o mais antigo e o moderno, assinando um termo em 4.12.1680, dado que o acordo previa que o trabalho se concluísse em dois anos¹⁵.

Neste ímpeto de concentração documental, a câmara recolheu escrituras que tinham sido entregues na corte nas Confirmações Gerais estabelecidas por D. João IV em 24.9.1655. A morte do rei pusera fim à iniciativa e a documentação permaneceu no Desembargo

¹⁴ BMS – *Fundo da Câmara*, Liv. 1238, Liv. de Vereações de 1680-1692, fl. 1v, (Recorremos ao original para suprir lacunas de leitura em Rodrigues, Martinho Vicente – *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local: Corpus Documental. Op. cit.*, Vol. 5, p. 17).

¹⁵ Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local*. Santarém, CMS, 2004, pp. 505-506.

do Paço, não chegando a ser confirmada. A recolha foi feita pelo vereador João Rebelo Cerveira que entregou as escrituras em vereação de 30.12.1680¹⁶.

Onze anos depois, em 31.1.1691, temos notícia de uma sessão da câmara em que o vereador mais velho recebeu as chaves do cofre, de uns armários e do cartório, aceitando-as até que o escrivão da câmara viesse fazer entrega do cartório pelo inventário que se lhe tinha feito quando tomara posse. Fazia parte da *praxis* burocrática a conferência e entrega do cartório segundo listas elaboradas aquando da tomada de posse de novo escrivão, prática que reforçava a necessidade de zelo e vigilância do oficial em causa na manutenção da integridade do cartório¹⁷.

Dois meses depois, o cartório é novamente discutido em vereação. A situação descrita em 1680 não se alterara. Em 3.3.1691, o procurador do concelho explicou que o cartório estava muito danificado e maltratado, com o habitual cenário de rápida acumulação de documentos, a que correspondia uma consciencialização sazonal dos responsáveis políticos do risco de perda de informação e consequentes danos para a gestão da câmara. Graças à carta de excomunhão, já centenária, tinham “aparesido alguns livros e papeis”, mas o problema de fundo, gerir a documentação, permanecia. O procurador adicionou que havia muitas “provizois antigas e outros mais papeis escritos em letra que se não pode ler os quais sera conveniente trasladarençe em letra legivel e os que andam soltos

¹⁶ Ribeiro, João Pedro, *Memoria para a historia das confirmações regias neste reino, com as respectivas provas*. Lisboa, Na Impressão Régia, 1816, pp. 23-25; Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local*. *Op. cit.*, pp. 505-506.

¹⁷ Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local*. *Op. cit.*, pp. 506-507.

emcadernarence”. Sugere que se gaste o dinheiro necessário para pôr termo à situação, o que é aprovado¹⁸.

Repete-se assim a narrativa de 1680 e o Rei é peticionado, em 10.3.1691, para confirmar o contrato com o dito tabelião André Vaz de Araújo.¹⁹ Não se compreende, contudo, a razão do incumprimento do acordado em 1680, embora não fosse caso único no Reino, por vezes por falta de capacidade financeira²⁰.

Mas, este segundo pedido da câmara é mais abrangente, pois ao passo que o primeiro envolvia apenas a reforma do cartório, o segundo leva em consideração a validade jurídica dos traslados (“se lhe de tanta fe e autoridade como os proprios”), demonstrando que o conceito de validade da documentação certificada exclusivamente em ambiente arquivístico municipal poderia não garantir inteiramente a sua utilidade, necessitando da devida contextualização e fé pública que apenas a Coroa providenciava. O monarca anui e emite a competente provisão para legalmente enquadrar as cópias em 28.11.1691²¹.

Contudo, o contrato não terá tido eficácia dado que, em 28.11.1707, é emitido novo alvará régio em resposta a uma nova

¹⁸ *Idem* – p. 507; Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local: Corpus Documental. Op. cit.*, Vol. 5, pp. 556-557.

¹⁹ *Idem* – Vol. 5, pp. 594-595.

²⁰ Isso ocorrera com a câmara de Alpalhão, que obtivera provisão em 1611 para fazer um tombo de escrituras do cartório, mas que só em 1762 pôde reunir os fundos para completar o labor, (TT – *Chancelaria de D. José I*, Liv. 49, fl. 382).

²¹ Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local, Corpus Documental. Op. cit.*, Vol. 5, pp. 594-595. Não se trata, contudo, de um registo da petição de 1680 em sessão de 1691, dado que as duas provisões têm um conteúdo e datas diferentes: a segunda, de 1691, confirma a primeira, de 1680, cf. Rodrigues, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local. Op. cit.*, p. 504.

petição. O mesmo cenário desolador: a documentação avulsa estava desordenada, a caligrafia difícil, e os livros não sumariados. A ideia de um contrato com perito mantinha-se mas com perito diverso: Manuel Gonçalves Teixeira, a quem a câmara prometia arrendar quatro terras do Rossio de Alvisquer, acrescido de 30.000 reis de ajudas de custo pelo trabalho que teria, “por ser pessoa inteligente e peritta em ler e penetrar letras antiguas”. Aos traslados realizados, após juramento dado pelo corregedor da comarca ao escrivão, seria dada inteira fé como aos originais, como pretendido pela câmara, mas que não se chegou a concretizar, como veremos²².

Entretanto, que testemunhos há do uso do arquivo no séc. XVII? Num dos códices alcobacenses da Biblioteca Nacional, constam os apontamentos que D. Frei Benedito de São Bernardo fez quando visitou Santarém em 1654 (“Do Cartorio da illustre Villa de Santarem”, onde se resumem escrituras lá encontradas). O frade teme a desgraça, ao afirmar que “como o cartorio não está na camara, ainda que a pessoa que o tem em seu poder he intelligente, e zelosa, passará as tormentas dos maes cartorios”. A “profecia” não se cumpriu logo pois, como vimos, em 1677 o cartório já estava na câmara²³.

Numa miscelânea de manuscritos que pertenceu ao Convento da Graça de Lisboa, surgem mais documentos copiados, provavelmente na segunda metade do séc. XVII, face às suas características paleográficas. São documentos que são referidos como estando no cartório de Santarém (um de D. Afonso V e os demais de D. João IV)²⁴.

²² TT – *Chancelaria de D. João V, Doações*, Liv. 29, fl. 194v.

²³ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – *Alcobacenses*, 127, f. 265-273, cit. fl. 272.

²⁴ TT – *Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça*, Tomo IV-E, pp. 282-283, pp. 450-453.

Segundo uma descrição do Padre Inácio de Vasconcelos, de 1740, as casas da edilidade localizavam-se na praça da vila, em Marvila. Ali, num espaço recuado em relação às salas onde estavam os porteiros, a mesa dos senadores e a capela, ficava “hum grande caza, na qual existe o Cartorio, ou Archivo onde se depositão todas as cousas pertencentes a esta Villa assim as antigas, como modernas”. Inácio de Vasconcelos acedeu também ao cartório de onde retirou informes para a sua obra²⁵.

Mas, nesse século, o sacerdote não fora o primeiro erudito a interessar-se pelos preciosos documentos. Em 4.2.1721, a Academia Real da História enviou um inquérito às câmaras do Reino, a solicitar o envio de cópia do inventário do seu cartório e quaisquer informações históricas que fossem úteis aos propósitos da instituição. Tratou-se de momento particularmente importante para os cartórios. Na sequência do apelo, várias câmaras promoveram a realização de inventários e listas de documentos, ao mesmo tempo que procederam à organização dos acervos²⁶.

Foi isso, também, o que aconteceu em Santarém. Este foi o momento decisivo, ainda que de origem externa, para uma organização do arquivo que iria vigorar por quase um século. O vereador deputado pela câmara para o efeito, Tomás Homem de Magalhães, começou por responder em 6 de março, com uma memória descritiva dos documentos solicitados. No dia 15, a Academia agradeceu a prontidão e solicitou o envio de traslados integrais de alguns documentos. Até ao fim de agosto, tinham sido enviadas mais

²⁵ Vasconcelos, Inácio da Piedade, *História de Santarém Edificada: Que dá notícia da sua fundação, e das couzas mais notaveis nella succedidas*. Lisboa Ocidental, 1740, Vol. 1, p. 275; Vol. 2, pp. 44, 251.

²⁶ Ribeiro, Fernanda, *O acesso à informação...*, *op.cit.*, Vol. 1, pp. 231-233.

de 250 certidões ou notícias, tornando a câmara de Santarém na mais produtiva e colaborativa do Reino²⁷.

Em virtude da confusão que grassava no cartório, o vereador informou a Academia, em 7.5.1721, de que lhe fora “precizo hi lo mandando reduzir a maços para com mayor clareza se poderem tirar os documentos que Vossa excellencia ordenar com que não terei o menor descuido”²⁸. Chegara a hora de uma tentativa mais duradoura de organização do cartório. A curto prazo, ela permitia que o deputado se correspondesse com a Academia sobre peças concretas. A cada maço foi destinado um certo número de peças. Por exemplo, o pergaminho com a cota “Maço 1, N.º 1” é referido em carta de 31.5.1721 e o “Maço 2, N.º 6” em carta de 12.7.1721²⁹. À medida que a Academia ia solicitando certidões, o académico controlava os trabalhos por inscrever no verso dos pergaminhos: “foy certidão” e “foy certidão para a Academia Real”³⁰.

²⁷ Azevedo, Pedro de, “O Primeiro Livro de Registo da Academia Real da História”. *O Archeologo Português*, 29, 1930, p. 101-137.

²⁸ BNP – Códice 711, fl. 130.

²⁹ Azevedo, Pedro de, “O Primeiro Livro de Registo da Academia Real da História”. *Op. cit.*, pp. 124, 129; Cf. TT – *Suplemento de Cortes*, Maço 1, N.º 5 e 6.

³⁰ Alguma da correspondência trocada entre a Academia e a Câmara foi publicada, ao passo que outra permanece inédita no Códice 711 da BNP; Azevedo, Pedro de – “O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História”. *O Archeologo Português*, 29, 1923-1924, pp. 39-150. Face ao desaparecimento da documentação antiga do cartório em 1810, todas as remessas seriam fundamentais. Contudo, a maioria perdeu-se. Ao passo que a ação do terramoto de 1755 sobre a biblioteca da Academia pode ter uma quota-parte de responsabilidade (Mota, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003, p. 117), alguns exemplares podem ter sobrevivido. Isto porque sete cópias destas remessas fazem parte da coleção de legislação de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1777-1838). Não somente as cópias são consistentes com a época, como as marcas de água também o são, referindo-se a cota do arquivo local (ACL – Reservados 11-2/1-3). Também, há listas com descrições de documentos remetidos pela câmara (BNP – Códice 14, fl. 60;

A câmara contava agora com um inventário detalhado da documentação avulsa em pergaminho e papel. Uma cópia deste inventário encontra-se na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa³¹ e é precioso na medida em que nos fornece uma imagem da riqueza documental então à guarda deste cartório. O documento mais recente referido é o Livro 11 de Registo, reportando-se a 2.10.1703, limite que o deputado Tomás Homem de Magalhães definiu para a recolção de material histórico para a Academia.

Não há dúvida que este inventário se reporta ao solicitado pela Academia: “virá hum Índice particular de cada livro e da mesma sorte dos papeis que estão em massos, ou soltos. [...] Devem dar noticia dos votos, e Proçissoens que fas essa Camera”³². Intitulado “Cathalogo Das Antiguidades Preuilegios e Jzemsõens, que lógra o Senado da Villa de Santarem Contheudos no seu Archiuo”, aparenta ter sido preparado ou copiado por um oficial de apelido “Fróis”³³, agindo provavelmente sob orientação do vereador Magalhães, que como vimos, ‘mandara reduzir a maços’ a documentação. Antes do inventário dos maços surge um apartado denominado de “Proçissoens do Senado”, listando treze que se realizavam anualmente, o que correspondia a um dos pedidos da Academia. Seguem-se 21 maços de documentos. A

Códice 710, fls. 47, 69-69v, 81-82v, 92, 104-105, 116-117, 118v, 134-134v, 140v-141, 152, 168-168v, 184, 200; Códice 711, *passim*.; Manuscritos, Cx. 6, N.º 15; Cx. 35, N.º 40//20 e 21).

³¹ Academia das Ciências de Lisboa (ACL), Códice Azul 518, f. 1-41v. Planeamos transcrever, anotar e publicar este inventário.

³² *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza...*. Lisboa Ocidental, Na Oficina de Pascoal da Silva, 1721.

³³ Poderia ser Alexandre Ferreira Fróis, vereador em 1699? Ou Bernardo de Sousa Fróis, também vereador mas em 1703, 1707 e 1712? (Reis, Maria de Fátima, *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*. Lisboa: Colibri, 2005, p. 50).

elaboração de um inventário envolvia inevitavelmente um horizonte mental da parte de quem o redigia. De uma massa informe e desorganizada de papel e pergaminho nasceria uma lógica e uma ordem, além de uma relação entre o inventário e a localização física das espécies, numeradas e arrumadas por maços³⁴. Alguns dos maços são temáticos, como o de “cortes” ou o de “demarcações”, ao passo que outros revelam uma junção em virtude do suporte (“prouzoens em papel” e “prouzoens em pergaminho”). Até ao maço 21 a descrição abrange todos os documentos, mas daí em diante aparece uma seleção de sumários de diferentes tipologias, como livros de registo, livros de vereação e seis maços de documentos denominados de “refutados”. Destes últimos, apenas alguns são selecionados, evidentemente aqueles com mais interesse. Esta é uma prova de que esta cópia não inclui o inventário integral mas representa uma seleção, ainda que de dimensão assinalável, para benefício dos membros da Academia. É que estes documentos dos maços de “refutados” estão também numerados (Por exemplo, do maço 1, surgem sumários dos n.º 4, 7, 20, 26, 34 e 37), pressupondo que os demais estivessem listados numa matriz do inventário. Segue-se, por fim, a transcrição de documentos do cartório, essencialmente capítulos de Cortes (fls. 42-106v)³⁵.

³⁴ Friedrich, Markus, “How to Make an Archival Inventory in Early Modern Europe: Carrying Documents, Gluing Paper and Transforming Archival Chaos into Well-ordered Knowledge”. *Manuscript Cultures*, 10, 2018, pp. 161-165.

³⁵ Nesta fase do estudo do códice, levantam-se ainda questões quanto ao que representa esta espécie: a cópia do inventário realizado em Santarém e remetido à Academia ou cópia de trabalho de Magalhães ou de quem com ele trabalhou em 1721-1722 para assegurar que a documentação solicitada era copiada e remetida para Lisboa? O que complica a identificação é o facto de o inventário conter também documentos trasladados e de dimensão assinalável. No primeiro caso, seria uma amostragem do que o cartório continha para benefício dos académicos? No segundo caso, representariam borrões de certidões pedidas pela Academia, encadernadas mais tarde em conjunto com o inventário? Talvez

Um dos benefícios da elaboração deste inventário é que permitiria usar e controlar a documentação no cartório. Que este serviu de base à conferência e entrega do cartório é visível no verso de um dos pergaminhos remetido em 1776 para a Torre do Tombo, a conhecida “Remessa de Santarém”, e que se encontra quase toda nos primeiros dois maços da atual coleção de “Suplemento de Cortes”. O pergaminho com a cota local “maço 4, n.º 1”³⁶, uma carta de D. Fernando I, datada de 12.9.1379, contém no verso: “Esta serto tem 21 pergaminhos athe hoje 21 de 9^{bro} de 1737 a) Cardoso”³⁷. Parece evidente que, em 21.11.1737, um oficial de apelido Cardoso procedeu à conferência do maço, face ao inventário, e registou o resultado da conferência no pergaminho inicial do maço. No inventário, o maço tem 20 pergaminhos. Isso querará dizer que, entre a conclusão do inventário e 1737, terá sido adicionado um pergaminho, uma prova de que o cartório continuava com dinâmicas de incorporação ou rearrumação. Relativamente a outros maços, o nono e décimo, o mesmo oficial escreveu: “Esta certo tem 20 purgaminhos” e “Esta certo tem 10 purgaminhos”, e o inventário regista precisamente vinte e dez. Em todos os casos de conferência, a verba foi colocada no primeiro documento do maço. No primeiro maço, o oficial regista a falta do quarto documento, o foral de D. Afonso Henriques³⁸. Além disso, as cotas locais (maço e n.º) foram mais do que uma vez renovadas, isto é, a mesma cota foi inscrita por mão e tinta diferente em zonas diferentes

pesquisas futuras na documentação setecentista no arquivo municipal possam responder a estas dúvidas.

³⁶ TT, *Desembargo do Paço, Repartição da Justiça e Despacho da Mesa*, Maço 1637, Cx. 1641, Doc. s/n.º.

³⁷ Poderia ser João Nogueira Cardoso, vereador em 1717 e 1727? Ou Nicolau de Brito Cardoso, vereador em 1733 e 1739? (Reis, Maria de Fátima, *Santarém no tempo de D. João V. Op. cit.*, p. 51).

³⁸ TT – *Suplemento de Cortes*, Maço 1, Docs. 15, 20, 31.

do verso do pergaminho, e, por vezes, um número delido era novamente desenhado, uma prova do constante cuidado que as espécies tinham no cartório³⁹.

Um outro instrumento de recuperação de informação é referido numa nota de um escrivão da câmara de finais do séc. XVIII, na qual se extrataram referências ao juiz de fora a partir de um “Livro do Alfabeto das prouizoes Aluaras Cartas e mais Jzensoeis que se achão no arquivo da Camara”. Esse livro indexava os livros de registo N.º 1 a 13 (desde finais do reinado de D. Manuel I a c. 1715), sendo assim mais uma evidência do labor arquivístico no cartório no início do séc. XVIII. É possível que tenha sido elaborado pelo mesmo Tomás Homem de Magalhães. Numa carta que escreveu à Academia em 6.8.1721, referiu que “he preciso entrar a fazer os alfabetos de todos os Livros que ha neste Archivo que são muitos, e nenhum o tem”⁴⁰, tarefa que começou um mês depois. Como referiu em 17.9.1721: “fico fazendo o alfabeto dos Livros”⁴¹. Além disso, numa memória redigida por um ex-juiz de fora da vila em 1821, são referidos dois índices, um “index das Cortes do Arquivo da Camara de Santarem” e um outro “index”, truncado, de âmbito mais geral, desconhecendo-se a sua data e abrangendo documentos de 1226 a 1782, não sendo de repugnar que o primeiro tenha tido origem no mesmo vereador, até porque a temática das Cortes interessava muito à Academia.⁴²

³⁹ TT – *Suplemento de Cortes*, Maço 1, Doc. 6.

⁴⁰ Provando que os contratos que a câmara fizera em 1680 e 1691 com “peritos” para reformar o cartório e indexar os livros tinham sido infrutíferos.

⁴¹ BNP – Códice 711, f. 163, 174v..

⁴² Biblioteca Universitária João Paulo II – MC-1540 (João Cardoso da Cunha Araújo – *Memoria Economico-Statistica da Villa e Termo de Santarem Que ao Soberano Congresso Nacional Offerece João Cardozo da Cunha Araujo Ex Juiz de Fora da mesma Villa. Lisboa. Em 1821*), f. 16, 24v..

Apesar da existência de mecanismos de controlo do cartório, a incúria humana tinha de ser vigiada: assim se percebe que o procurador do concelho, em vereação de 26.3.1744, insista na importância de manter reunido o cartório do senado, que em vereação posterior se registre um requerimento de 2.6.1745 para que o escrivão serventuário repusesse no cartório, no prazo de oito dias, os livros e papéis que pertenciam ao Senado⁴³, ou que, em 7.12.1786, a vereação determinasse que nenhum documento no cartório fosse entregue sem a devida autoridade de um oficial do Senado, por se terem experimentado descaminhos⁴⁴.

Além da Academia da História, o acervo atraiu o erudito local Luís Montês Matoso que, na sua *Santarém Ilustrada*, de 1738, citou documentos do cartório, utilizando o sistema de referência arquivística plasmado no inventário setecentista: maço e n.º. Os interesses dos eruditos que até então visitavam o cartório centravam-se nos documentos relativos às cortes e à história política do Reino, mas Matoso privilegiou documentos sobre a vida na vila medieval⁴⁵.

No passado, os monarcas tinham procedido a Confirmações Gerais. Em 6.5.1769, D. José I recupera esse instituto para obviar aos “muitos abuzos, e dezordens prejudiciaes á minha Coroa” causados pela usurpação de direitos. Era tempo de fazer chegar à Junta das Confirmações Gerais os documentos pertinentes, o que ocorreu em dezembro de 1770. A Junta tinha milhares de pedidos e o tempo foi passando. No caso de Santarém, os pergaminhos só regressaram a Santarém em 9.9.1777, ocasião em que o seu procurador Melchior

⁴³ Reis, Maria de Fátima, *Santarém no tempo de D. João V. Op. cit.*, p. 33.

⁴⁴ BMS, *Fundo da Câmara*, Liv. 1243, Liv. de Vereações de 1783-1788, fl. 157v..

⁴⁵ Matoso, Luís Montês, *Santarém ilustrada*, ed. Rodrigues, Martinho Vicente. Marvila, Junta de Freguesia de Marvila, 2011, pp. 93, 111, 249, 331, 430, 562-563.

Galvão de Melo os levantou na Junta. É significativa a data, na medida em que a documentação não estava no cartório aquando da próxima visita feita a Santarém por entidades externas. Referimo-nos à conhecida “Remessa de Santarém” para a Torre do Tombo, que ocorreu em março de 1776⁴⁶.

A “Remessa de Santarém” compunha-se de 57 espécies: abrangia dois livros de registo da câmara (1533-1597 e 1641-1648), dois códices das *Ordenações Afonsinas* e 53 pergaminhos, maioritariamente de Cortes⁴⁷. Foi o corregedor da comarca, Rodrigo António de Melo e Ataíde, quem trouxe os pergaminhos para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Contudo, o mentor da iniciativa foi o Guarda-Mor da Torre do Tombo, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1722-1799). Esta iniciativa foi sancionada por ordem régia, como consta de aviso assinado pelo Marquês de Pombal⁴⁸.

Os pergaminhos contêm no verso dois elementos de identificação: um que remete para o número de ordem no rol anexo ao aviso, e outro que indica a nova cota no real arquivo. Além disso, contêm a cota original setecentista do cartório, verbas de conferência, e sumários dos documentos realizados em séculos anteriores. Por exemplo, veja-se a Imagem N.º 1. No canto direito lê-se: “Remessa N.º 39 da Camara de Santarém”. Mais abaixo, a inscrição arquivística da Torre do Tombo: “Maço 1.º do Supplem.^{to} de Cortes Num.º 31”, seguindo-se a data e resumo. Acima da verba “Remessa N.º 39”, consta a cota local: “Maço 1 N.º 1”. Logo abaixo, em tinta diferente: “foy

⁴⁶ Ribeiro, João Pedro, *Memoria para a historia das confirmações...*, op. cit. pp. 25-26; TT, *Ministério do Reino*, Liv. 340, fls. 1-3; Junta das Confirmações Gerais, Maço 88, N.º 22-44, 59-64.

⁴⁷ TT, *Suplemento de Cortes*, Maço 1, Doc. 1-31; Maço 2, Doc. 1-18; Maço 3, Doc. 1-2; *Desembargo do Paço, Repartição da Justiça e Despacho da Mesa*, Maço 1637; *Leis*, Maço 1, Doc. 137; *Núcleo Antigo*, 13 e 14.

⁴⁸ TT, Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens, Maço 3, N.º 27.

certidão”, averbamento alusivo às remessas enviadas à Academia da História, em 1721-1722. No canto inferior direito, consta o registo de conferência do maço feito pelo oficial da câmara de apelido Cardoso: “Falta neste masso o n.º 4 falta o foral de Dom Affonso Henriques n.º 4”.

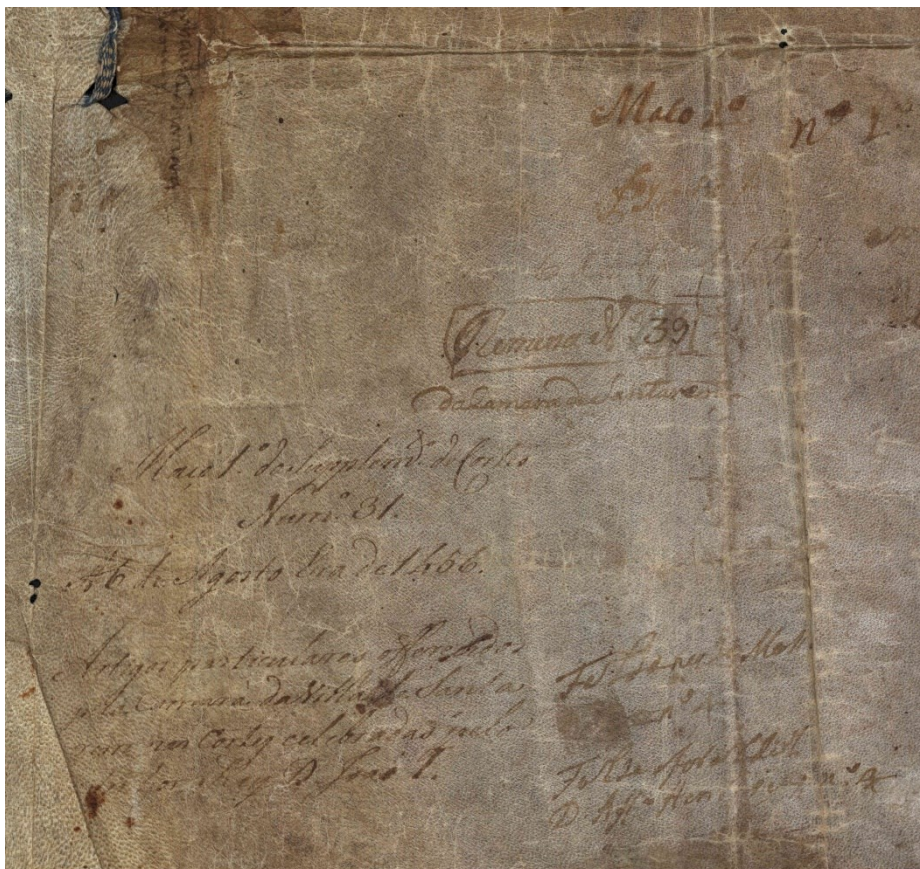


Imagem N.º 1 – TT, *Suplemento de Cortes*, Maço 1, Doc. 31, detalhe do verso @
“Imagem cedida pela TT”.

Mas por que razão o Guarda-Mor, nomeado em 1774 para o cargo, tomou a iniciativa de recolher este invulgar conjunto documental? Sabe-se que Azeredo Coutinho, personagem próxima do Marquês de Pombal, desenvolveu um intenso labor arquivístico na

Torre do Tombo. Ao atingir os 70 anos, em 1792, redigiu um memorial à Rainha tendo em vista a remuneração de seus serviços:

Entrando a exercer o officio de Guarda Mór da Torre do Tombo em 29 de abril de 1774, se entregou aos cuidadosos disvelos de completar, como completou, as Ordenações do Senhor Rei D. Affonso 5., adquirindo para isso o 1.º, e 5.º Livros; e fazendo vir para a Torre os exemplares da mesma Ordenação, que estavam nos archivos das camaras de Santarem, e do Porto; e procedendo à conferencias [sic] dos referidos tres codigos, fez conciliar as variantes, e restituilas à letra dos textos na sua primitiva integridade.

Mandou fazer hum novo jndice real, e methodico de todos os documentos do Corpo Chronologico; e formar hum summario de todas as Cortes do Reino, que existião no Archivo, adquirindo pella sua industria outras, de que carecia; e hum jventario de todos os livros, e massos, para por elle se conhecerem as faltas⁴⁹.

São dois os motivos associados à “Remessa de Santarém”: a obtenção de exemplares das *Ordenações Afonsinas* e a organização da coleção de documentos de Cortes. Ou seja, o Guarda-Mor fez incorporar exemplares das *Ordenações* que sabia existirem em Santarém e no Porto⁵⁰, por não haver uma coleção completa no arquivo real⁵¹, e aproveitou para enriquecer a coleção de Cortes, que estava muito desfalcada, graças à coleção escalabitana.

⁴⁹ Colecção Rita van Zeller, Cópia de petição de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, pp. 8-9, a quem muito se agradece a consulta deste extrato.

⁵⁰ Correspondem a TT, *Núcleo Antigo*, 9-11; cf. Ribeiro, João Pedro – *Memorias authenticas para a Historia do Real Archivo*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1819, pp. 173-174. A ordem de recolha, de 6.5.1784, referia que se soubera que no Porto existia “hum Exemplar correcto, e na sua perfeita integridade, das Ordenações do Senhor Rey Dom Affonso V, da qual se diz que contêm mayor numero de Titulos do que se acham em outros Exemplares, e ainda na (sic) que existe na Torre do Tombo”, ordenando-se o seu envio para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (cit. em Domingues, José Domingues – *As Ordenações Afonsinas*. Op. cit., p. 30).

⁵¹ Em 1774, havia no arquivo nacional apenas dois exemplares do Livro 2 (TT – *Núcleo Antigo*, 5 e 8), e um dos Livros 3 e 4 (TT – *Núcleo Antigo*, 6 e 7).

Há no arquivo municipal vestígios deste processo, nomeadamente uma minuta intitulada “Estado em que se acha a Ordenação do Senhor Dom Afonso 5.^o no arquiuro da Camara de Santarem”, onde se tecem considerações sobre a credibilidade daqueles monumentos, contestando que pudessem ser uma falsificação (talvez em resposta a um eventual pedido de informações do Guarda-Mor quanto à autenticidade da coleção). Destaca que “o mesmo lugar em que ella [*Ordenação*] tem existido desda sua origem fas huma proua da sua autencidade [*sic*] pois he serto que hum documento de que hum arquiuro publico tem feyto uzo e contenuado por mais de tres seculos tem em sy todo o credito”. Claramente, ao arquivo era reconhecida uma autoridade credível (“locus credibilis”) que decorria da fonte de emanção do poder, neste caso camarário, que preservava a documentação, quer a produzida por si quer a que acumulava⁵².

Esta demanda por exemplares das *Ordenações Afonsinas* justifica-se com o interesse renovado pela “História Civil de Portugal e das Leis Portuguesas”, incluindo as diversas *Ordenações*, segundo os renovados estatutos do curso jurídico da Universidade de Coimbra, de 1772, que contaram com a colaboração de Azeredo Coutinho.⁵³ Dos prelos da Universidade saíria a edição impressa das *Ordenações Afonsinas*, em 1792, graças ao empenho pessoal do Guarda-Mor em reunir previamente uma coleção completa da obra⁵⁴.

Mas, se o Guarda-Mor estava informado sobre o conteúdo dos cartórios do Porto e Santarém, por que razão não fez incorporar também pergaminhos medievais e modernos de Cortes do cartório

⁵² Roldão, Filipa, *A memória da cidade...*, op. cit.

⁵³ Braga, Teófilo de, *Dom Francisco de Lemos: A Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894, pp. XXXIV-XXXVI.

⁵⁴ *Ordenações Afonsinas*: Livro I. *Op. cit.*, pp. XIII, XX.

portuense? Teria a cidade nortenha mais músculo político do que a vila escalabitana? É certo que o Secretário de Estado que ordenou ao Porto a remessa das *Ordenações* lhe prometeu que “o seu exemplar lhe será restituído, ou em seu lugar huma Cópia authentica, e em tudo igual ao referido Exemplar”, mas não temos acesso à missiva enviada a Santarém para perceber se se tratou de estratégia diferenciada. A verdade é que o Porto não voltaria a ver o original nem alguma vez foi para lá enviada uma cópia. Também, o clima político em 1776, aquando da ordem dada a Santarém para entregar uma parte do seu cartório à Torre do Tombo era bem diferente do de 1784, quando o Marquês de Pombal já se encontrava afastado do poder.

Após os anos iniciais do reinado de D. Maria I e com o afastamento do Marquês de Pombal, a câmara de Santarém decide intentar uma ação cível contra a Coroa em novembro de 1781, pleito que iria comprovar as vantagens da boa arrecadação das escrituras no seu cartório⁵⁵. Tratava-se de um litígio que envolvia antigos privilégios de que a câmara gozava. Para contexto, é necessário recuar a 1764, época de particular pressão do regime pombalino sobre as autonomias municipais. Além disso, a vila fora afetada pelo terramoto de 1755, pelo aquartelamento do Hospital Geral dos Ingleses durante a Guerra dos Sete Anos, pela ordem régia para se arrancarem as vinhas dos Rossios de Alvisquer e Valada, em 1765, e, depois, por uma inquirição e reforma das contas do concelho que durou de 1765 a 1767. O litígio em causa versava sobre a posse e uso dos Rossios de Alvisquer. A câmara era acusada de gestão danosa dos baldios, destinados a pastos, os quais distribuía a pessoas da sua preferência, frequentemente membros da câmara, para cultivarem essas terras, ainda que com licença régia. A Coroa tomou então posse do Rossio de

⁵⁵ TT – *Feitos Findos, Fundo Geral*, Letra C, Maço 359, Cx. 6295, proc. 5231.

Alvisquer em 1764, reservando-o para pasto das reais éguas, retirando à câmara a fruição da arrematação das rendas dessas terras⁵⁶. É na sequência deste litígio que se encontram ainda hoje no arquivo várias minutas de certidões de documentos do cartório, lavradas pelo experiente escrivão José Pedro de Mendonça⁵⁷.

O processo judicial foi longo e arrastou-se de 1781 a 1809, quase duas décadas, não cabendo aqui a exploração de todos os argumentos produzidos pelas partes. O cerne da questão residia no valor dos documentos que a câmara apresentava na prova produzida. Eram quase vinte documentos, em cópias feitas pelo escrivão da câmara, e que documentavam a posse da câmara sobre os terrenos, alguns datando de tão cedo quanto 1256. Duas visões sobre o valor probatório de documentos arquivados num cartório público vêm à tona. Na fase inicial do processo, a câmara assumiu que as cópias feitas pelo seu escrivão tinham valor probatório para confirmar as suas pretensões. Contudo, o procurador da Coroa tinha posição distinta: não eram legais por terem sido extraídos sem despacho, citação da parte interessada nem conferência. A alusão à legalidade remetia para o Liv. 3, Tít. 60 e 61 das *Ordenações Filipinas*⁵⁸, que definia qual a fé que se deveria dar aos instrumentos públicos, assumindo-se que apenas as escrituras feitas por tabeliães públicos, escrivães de nomeação régia (alfândegas, portagens, sisas e outros direitos reais) ou provenientes da Torre do Tombo beneficiavam dessa figura

⁵⁶ Coelho, Virgínia, *Perfil de um poder concelhio*. Op. cit., pp. 231-236; Idem – “Despotismo e Autonomias: A Devassa e Correção das Contas da Câmara de Santarém em 1764”. *Congresso Internacional Portugal no Século XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa, Socied. Port. Estudos do Séc. XVIII, 1991, pp. 107-114.

⁵⁷ As cotas originais são referidas pelo escrivão ao realizar os traslados. Alguns foram já publicados (Pinto 2014-2015, pp. 1-40).

⁵⁸ *Ordenações Filipinas*. 2.^a ed. Lisboa: FCG, 1985 (1.^a ed. 1603), Vol. 3, pp. 658-660.

jurídica. O procurador da Coroa afirmou ainda que o Real Arquivo conferia autoridade aos instrumentos nele conservados e a tirava negativamente a todos os outros que se produziam de outros arquivos, menorizando o eventual valor probatório de tais documentos, ainda que originais. Uma primeira decisão, de 9.3.1790, foi desfavorável à câmara, precisamente por causa da ilegalidade dos documentos. A câmara retorquiu que era precisamente a Lei do Reino (*Ordenações Filipinas*, Liv. 1, Tít. 66)⁵⁹ que proibia a saída de escrituras da arca do cartório e que apenas traslados podiam ser emitidos, presumindo a câmara que o espaço do seu cartório era um “locus credibilis” e fazia fé pública. Procedeu então a câmara a diligências no Real Arquivo, tendo encontrado dois dos documentos que apresentara, um na Chancelaria de D. Manuel I e outro na de D. Sebastião. A câmara anuiu também em permitir que os os documentos do seu cartório, que incluía na petição inicial fossem objeto de novo traslado, mas sob os requisitos que o juiz definira para validar o seu conteúdo. Assim, em finais de 1790, o arquivo da câmara foi aberto pelo seu escrivão, José Pedro de Mendonça, e, perante um tabelião nomeado para o efeito (José Freire de Carvalho), o juiz de fora e o procurador da fazenda real, os diversos documentos foram localizados, descritos fisicamente (suporte físico, existência de selos e cordões), identificados pela cota, e devidamente copiados pelo escrivão da câmara. Foram depois conferidos pelo tabelião, atestando todos no final a legalidade do procedimento. Dois anos depois, o juiz obrigou à repetição do procedimento na presença do Provedor das Lezírias. Estava, assim, sanada a alegada ilegalidade das cópias feitas em ambiente camarário. A câmara abdicou da posição inicial, que defendia que o seu cartório conferia fé pública aos traslados efetuados no seu espaço, aceitando que a sua veracidade dependia da fé pública que o Estado lhes poderia

⁵⁹ *Ordenações Filipinas. op. cit.*, Vol. 1, p. 148.

atribuir, através dos referidos procedimentos legais. Com isso, venceu o pleito, ainda que apenas em sentença definitiva exarada em 26.8.1809, já depois de o exército invasor francês ter saído do País pela segunda vez, em maio de 1809⁶⁰.

Os vereadores da câmara não podiam saber que seria das últimas vezes que a documentação à sua guarda poderia ser usada, quer para fins de erudição histórica, quer para efeitos de prova. Em jeito de epílogo, podemos afirmar que a documentação antiga do cartório escalabitano terá desaparecido durante o período da ocupação francesa de Santarém, entre outubro de 1810 e abril de 1811, a fazer fé no testemunho manuscrito redigido uma década mais tarde por um ex-juiz de fora de Santarém, ao se referir aos seus privilégios: “Estes privilegios huns são actualmente desconhecidos, e outros não se observão: elles constavão das Provisões, Cartas, e Alvaras que existião no Archivo aonde se conservávão com outros antigos documentos que se extraviarão no tempo da invazão dos Francezes em 1810”⁶¹.

Também, em 25.2.1826 esse evento é referido numa consulta do Desembargo do Paço aquando de uma petição feita pelo Juiz do Povo de Santarém para confirmação dos privilégios da Casa dos 24, similares aos que a congénere de Lisboa gozava, em virtude de “pela invazão do Exercito Francez acontecida neste Reyno no anno de mil oitocentos e dés se extraviarão, e perdêrão todos os papeis existentes no cartorio da Caza dos Vinte e Quatro da sobredita villa”. A Mesa do Desembargo do Paço emite o parecer de que “por se haverem destruido pela invazão do inimigo todos os papeis que existião na

⁶⁰ TT – *Feitos Findos, Fundo Geral*, Letra C, Maço 359, Cx. 6295, proc. 5231.

⁶¹ Biblioteca Universitária João Paulo II – MC-1540, fl. 24-24v..

camara da villa de Santarem”, o pedido deveria ser requerido pela Repartição do Senado de Lisboa, em cujo cartório havia registo dos ditos privilégios⁶².

Este testemunho é consentâneo com outras descrições da devastação provocada pelas tropas francesas, as quais também devassaram o cartório da Colegiada da Alcáçova e o de muitas igrejas. Dado que a maioria da população evacuou a vila antes da chegada das tropas, os edifícios foram ocupados, incluindo as casas do Senado, provocando a ruína patrimonial⁶³.

Haverá esperança desta documentação ainda existir? Poderia um dos oficiais da câmara ter atempadamente escondido ou levado consigo antes da chegada das tropas francesas a documentação mais valiosa, como os maços de pergaminhos? Sabemos de um caso com algumas semelhanças no distrito de Aveiro, embora em contexto diferente, a saber, o da extinção de um concelho no séc. XIX, em que um oficial da câmara a ser extinta levou para casa o cartório do concelho, ficando este com a família.⁶⁴ Também, os cartórios da Ericeira (com um interessante núcleo documental de 1480 a 1589) e o das Alcáçovas não foram integralmente recolhidos aos concelhos integradores⁶⁵.

⁶² TT – *Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas*, Maço 2148, N.º 33.

⁶³ Rita, Fernando, *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811*. Lisboa, Prefácio, 2011, pp. 84-93.

⁶⁴ Também há documentação camarária em arquivos de família. Por exemplo: livro de registo da câmara das Alcáçovas do séc. XVII (TT – *Casa das Alcáçovas*, 18); correspondência da câmara de Ourém (Chorão, Maria José Mexia, “Livro das Ordenações da vila de Ourém”. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martin de Albuquerque*. Coimbra, Coimbra Editora, 2010, Vol. II, pp. 369-414).

⁶⁵ Para a Ericeira, cf. Henriques, Maria Cecília, Silva, Ana Cristina Nogueira da, e Costa, Fernando, *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e*

Aliás, as inúmeras referências a queixas da vereação escalabitana pelo facto de haver documentação com particulares, poderia funcionar a favor da recuperação de algumas espécies, que poderiam ter permanecido com herdeiros e entrado no mercado livreiro ou leiloeiro⁶⁶.

Por fim, nem tudo foi destruído pelos franceses. Em Leiria, a Casa do Terreiro foi incendiada e alguns documentos, os que estavam a uso da Casa, desapareceram, mas não o arquivo, que foi preservado e redescoberto para os investigadores em 2007. Também se sabe que os franceses provocaram um incêndio na câmara de Coimbra em 1810 mas isso não conduziu à destruição de toda a documentação antiga do cartório⁶⁷.

Misericórdias. Vol. 1 – Distrito de Lisboa. Lisboa, Ministério da Cultura, 1995, p. 152-153. A documentação das Alcáçovas está à guarda da Igreja Matriz (comunicação pessoal de Francisco Segurado em 2015).

⁶⁶ Vários pergaminhos e um tombo da câmara de Beja foram recentemente vendidos (Azevedo, Pedro de – *Livros e Desenhos. Gravuras e Manuscritos da Biblioteca Salema Garção*. Lisboa: Pedro de Azevedo, 2004, pp. 93-94; Vieira, João Pedro – “Tombo dos bens do concelho de Beja (1509-[1541]). *Fragmenta Historica*, 6, 2018, pp. 295-305), este adquirido em leilão da Cabral Moncada Leilões em 2017 (<https://www.cml.pt/leiloes/2017/191-leilao/1-sessao/391/tombo-de-propriedades-%28%29-da-epoca-de-d-manuel-i>, consultado em 10.9.2019), um tombo seiscentista de Viana da Foz do Minho (Azevedo, Pedro de, *Biblioteca Eugénio da Cunha e Freitas. Parte II*. Lisboa, Pedro de Azevedo, 2010, p. 89), etc. Singularmente, da Colegiada da Alcáçova de Santarém, cujo cartório sofreu também com as tropas francesas, está à venda um pergaminho de D. Dinis, de 1316, ditigido ao alcaide e alvazis de Santarém e aos sesmeiros da Póvoa da Távega. O verso tem a cota: “Masso 1.º N.º 2”, que poderia levantar a possibilidade de ter pertencido à câmara mas uma comparação com as cotas nos pergaminhos sobreviventes da câmara não revela nenhuma afinidade paleográfica (cf. site da Livraria Castro e Silva: <http://www.castroesilva.com/store/sku/1310JC024/manuscrito-carta-regia-esfragistica-sec-xiv-d-dinis-rei-de-portugal>, consultado em 9.9.2019).

⁶⁷ Queiroz, José, *A Casa do Terreiro: História da Família Ataíde em Leiria*. Leiria: Jorlis, 2018, Vol. 3, p. 535; Correia, António, “O Arquivo Municipal de Coimbra”, *Arquivo Coimbrão*, VII, 1943, pp. 274-299.

Contra estas hipóteses ergue-se, porém, a possibilidade de realmente o invasor francês ter procedido à destruição da documentação mais antiga da câmara precisamente por ela ser a mais antiga, quase sempre em pergaminho, e que representava a “antiga ordem” que a Revolução Francesa se propunha derrubar, estando documentada a destruição sistemática de cartórios públicos e religiosos na França Revolucionária (c. meio milhão de toneladas de documentos), especialmente contendo pergaminhos medievais, a epítome do regime “feudal” a eliminar⁶⁸.

Em conclusão, na Idade Moderna, a existência de um arquivo camarário bem ordenado permitia guardar tanto registros probatórios como informativos, que, idealmente, poderiam ser recuperados para apoiar a governança e autoridade política, apesar da sua proliferação e acumulação atingirem proporções ingovernáveis. Em Santarém, as fontes indicam que ao longo dos séc. XVI-XVIII, a câmara viveu períodos frequentes de aparente desordem no seu cartório, limitando a sua ação governativa, embora os discursos caóticos possam ter sido também uma estratégia retórica para fundamentar o desvio de recursos financeiros para essa área. Apenas se conhecem esforços intermitentes de sumariar os seus pergaminhos mais importantes e transpor para um suporte mais perene, o tombo de privilégios, a documentação mais relevante em termos de prova autoritativa para memória futura.

O momento decisivo na reorganização do cartório municipal ocorreu devido a estímulo externo: a iniciativa da Real Academia da História, em 1721, de promover um inquérito global de recolha de inventários dos cartórios nacionais e ultramarinos, num contexto em

⁶⁸ Lokke, Carl, “Archives and the French Revolution”. *The American Archivist*, 31(1), 1968, pp. 23-31.

que os historiadores começavam a olhar mais sistematicamente para os arquivos como fonte de evidências históricas. A inventariação que se realizou em Santarém, por um dos seus vereadores, conduziu a escolhas na forma de organização espacial dos documentos, sujeita aos constrangimentos locais: a documentação avulsa foi arrumada por maços, uns arrumados por suporte (pergaminho ou papel) e outros por temática (cortes) ou tipologia (provisões). O inventário de que dispomos, não sendo o original, revela que tipo de escolhas foram feitas na organização dos maços, bem como na indexação da longa série de livros de registo. Esta inventariação permitiu utilizações mais racionais do acervo, não somente na defesa dos interesses da câmara mas também atraiu mais eruditos que utilizaram com proveito a informação histórica nele contida, podendo-se atribuir com maior probidade e autoridade uma citação a um local concreto no cartório.

Esta convicção da autoridade e fé pública do repositório do cartório ficaram patentes em várias ocasiões, *maxime* aquando do litígio legal que opôs a câmara à Coroa a partir de 1781 sobre a posse dos Rossios de Alvisquer. O conhecimento de factos documentados tanto de um passado longínquo, no séc. XIII, como em dias recentes, arquivados no seu cartório, permitiu à câmara reagir no momento político certo e envolver-se mais eficazmente numa luta legal pelos seus privilégios e prerrogativas. As correntes em voga na Alemanha de finais do séc. XVII defendiam que a proveniência, ou seja, o contexto institucional dos registos, prevaleciam sobre a análise diplomática da autenticidade do documento (*ius archivī*). Os oficiais de Santarém entendiam que uma simples certidão do seu cartório faria, portanto, fé pública da autenticidade do documento, sem mais formalidades ou solenidades legais, como o facto de as *Ordenações Afonsinas* se encontrarem há vários séculos nesse local lhes conferia indisputável autenticidade. A conceção genérica era, cremos, também defendida pela Procurador da Coroa no litígio. Contudo, ele restringia a

concessão dessa autenticidade à paisagem arquivística do Real Arquivo, em detrimento dos demais cartórios do Reino, ainda que municipais, e foi essa posição que vingou a final, tendo a câmara que sujeitar as suas certidões aos procedimentos legais impostos pelo tribunal⁶⁹.

Num futuro trabalho, propomos a reconstituição virtual do cartório da câmara de Santarém no séc. XVIII, com base não somente no seu inventário setecentista, como em outros documentos produzidos no âmbito do cartório ou nas suas relações com a Real Academia da História e a Torre do Tombo.

⁶⁹ Head, Randolph C., *Making Archives...*, *op.cit.*, pp. 38-68, 144-163, 289-304.

REFERÊNCIAS / REFERENCES:

AZEVEDO, Pedro de, *Livros e Desenhos. Gravuras e Manuscritos da Biblioteca Salema Garção*. Lisboa, Pedro de Azevedo, 2004.

AZEVEDO, Pedro de, *Biblioteca Eugénio da Cunha e Freitas. Parte II*. Lisboa, Pedro de Azevedo, 2010.

AZEVEDO, Pedro de, “O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História”. *O Archeologo Português*, 29, 1923-1924, p. 37-163.

AZEVEDO, Pedro de, “O Primeiro Livro de Registo da Academia Real da História”. *O Archeologo Português*, 29, 1930, pp. 92-156.

BAIÃO, António, *A infância da Academia: 1788-1794 visita aos arquivos do reino, correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.* Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1934.

BRAGA, Teófilo de, *Dom Francisco de Lemos: A Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

CHORÃO, Maria José Mexia, “Livro das Ordenações da vila de Ourém”. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*. Coimbra, Coimbra Editora, 2010, Vol. II, pp. 369-414.

COELHO, Virgínia, “Despotismo e Autonomias: A Devassa e Correção das Contas da Câmara de Santarém em 1764”. *Congresso Internacional Portugal no Século XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 1991, pp. 107-114.

COELHO, Virgínia, *Autonomias e Despotismo: A Câmara e a Vila de Santarém no Reinado de D. José*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1993.

COELHO, Virgínia, *Perfil de um poder concelhio: Santarém durante o reinado de D. José I*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1993.

Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1721. se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores. Lisboa Ocidental: Na Oficina de Pascoal da Silva, 1721.

CORREIA, António, “O Arquivo Municipal de Coimbra”, *Arquivo Coimbrão*, VII, 1943, pp. 274-299.

DIAS, João Alves (ed.), *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2002

FRIEDRICH, Markus, “How to Make an Archival Inventory in Early Modern Europe: Carrying Documents, Gluing Paper and Transforming Archival Chaos into Well-ordered Knowledge”. *Manuscript Cultures*, 10, 2018, pp. 160-173.

HEAD, Randolph C., *Making Archives in Early Modern Europe. Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400-1700*. Cambridge, Cambridge University Press, 2019.

HENRIQUES, Maria Cecília, SILVA, Ana Cristina Nogueira da, e COSTA, Fernando Dorez – *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 1 – Distrito de Lisboa*. Lisboa, Ministério da Cultura, 1995.

LOKKE, Carl, "Archives and the French Revolution". *The American Archivist*, 31(1), 1968, pp. 23-31.

MATOSO, Luís Montês, *Santarém ilustrada*, ed. RODRIGUES, Martinho Vicente. Marvila, Junta de Freguesia de Marvila, 2011.

MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra, Minerva, 2003.

Ordenações Afonsinas. 2.^a ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998 (1.^a ed. 1792).

Ordenações Filipinas. 2.^a ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 (1.^a ed. 1603).

PEDRO, António Mário, *Contribuição para um Inventário do Arquivo Municipal de Santarém*. Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 1978.

PINTO, Pedro, "Documentação avulsa medieval e moderna do Arquivo Histórico Municipal de Santarém - primeira parte (D. Afonso III e D. João III)". *Mátria Digital*, 2 (Suplemento), 2015, pp. 1-40.

QUEIROZ, José, *A Casa do Terreiro: História da Família Ataíde em Leiria*. Leiria, Jorlis, 2018, Vol. 3.

REIS, Maria de Fátima, *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*. Lisboa, Colibri, 2005.

RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, Vol. 1.

RIBEIRO, João Pedro, *Memoria para a historia das confirmações regias neste reino, com as respectivas provas*. Lisboa, Na Impressão Régia, 1816.

RIBEIRO, João Pedro, *Memorias authenticas para a Historia do Real Archivo*. Lisboa, Na Impressão Régia, 1819.

RITA, Fernando, *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da Terceira Invasão Francesa na região em 1810 e 1811*. Lisboa: Prefácio, 2011.

RODRIGUES, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local*. Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004.

RODRIGUES, Martinho Vicente, *A vila de Santarém (1640-1706): instituições e administração local: Corpus Documental*. Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2017, 5 vols.

ROLDÃO, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora, CIDEHUS, 2007.

VASCONCELOS, Inácio da Piedade, *História de Santarém Edificada: Que dá notícia da sua fundação, e das couzas mais notaveis nella succedidas*. Lisboa Ocidental, 1740.

VIEIRA, João Pedro, "Tombo dos bens do concelho de Beja (1509-[1541])". *Fragmenta Historica*, 6, 2018, pp. 295-305.